



PROCURADOR

21. (CONCURSO MAURITI/2018) Em relação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional é INCORRETO afirmar:

- A) É um princípio relacionado com o ingresso em juízo ou ao acesso a uma ordem jurídica justa.
- B) Uma vez provocado, o Estado não pode se escusar em dá uma resposta.
- C) O poder judiciário admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas, independentemente de esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva.
- D) Na impetração da ação de habeas data é necessário à comprovação da recusa ao acesso às informações.
- E) A expressão “ameaça” permite a tutela preventiva de direitos, ensejando o habeas corpus ou o mandado de segurança preventivos.

22. (CONCURSO MAURITI/2018) Sobre formas de resoluções de conflitos podemos afirmar:

- A) A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.
- B) O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de

constrangimento ou intimidação para que haja acordo.

- C) O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal é título executivo judicial.
- D) Ainda encontramos resquícios da autotutela ou autodefesa em nossa legislação.
- E) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

23. (CONCURSO MAURITI /2018) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos necessários para sua existência ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará:

- A) Sua improcedência liminar.
- B) Que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- C) A citação do réu para falar a respeito.
- D) Que o autor, no prazo de 10 (dez) dias, a emende ou a complete.
- E) Audiência prévia para ouvir, respectivamente, de autor e réu.



24. (CONCURSO MAURITI/2018) É causa de julgamento de improcedência liminar do pedido, EXCETO:

- A) Quando contrariar acórdão de Tribunal de Justiça sobre direito local.
- B) Quando contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- C) Quando contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- D) Quando contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.
- E) Quando contrariar entendimento firmado em assunção de competência.

25. (CONCURSO MAURITI/2018) Sobre a audiência de conciliação e mediação assinala a alternativa INCORRETA:

- A) A audiência não será realizada se uma das partes expressar o desinteresse na composição consensual.
- B) A audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.
- C) O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na auto composição.
- D) O réu deverá demonstrar seu desinteresse na auto composição, por meio de petição, apresentada com 10 (dez) dias de

antecedência, contados a partir da data da audiência.

- E) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação.

26. (CONCURSO MAURITI/2018) No que se refere ao saneamento e organização do processo, o juiz deverá, com EXCEÇÃO:

- A) Resolver as questões processuais pendentes, se houver.
- B) Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de provas admitidos.
- C) Definir a distribuição do ônus da prova.
- D) Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão de mérito.
- E) Designar a apresentação de razões finais.

27. (CONCURSO MAURITI/2018) Finda a audiência de instrução, e não apresentando a causa questões complexas, o que fará o juiz:

- A) Abrirá prazo para apresentação de razões finais escritas.
- B) Promoverá os debates orais.
- C) Fará o processo concluso para julgamento.
- D) Proferirá sentença.
- E) Abrirá prazo para apresentação de memoriais escritos.



**28. (CONCURSO MAURITI/2018)
Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- b) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.
- c) Dos despachos não cabe recurso.
- d) Cabem embargos de declaração para corrigir erro material.
- e) A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

29. (CONCURSO MAURITI/2018) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, quando:

- A) Forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B) Forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria simples dos votos dos respectivos membros.
- C) Forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta de votos dos respectivos membros.
- D) Forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em turno único, por aclamação dos seus respectivos membros.

E) Forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

30. (CONCURSO MAURITI/2018) “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador...”. O enunciado reflete parte do art. 5º, XI da CF/88. Nesse sentido, podemos afirmar:

- A) A prisão, obedecendo a mandado judicial, pode se dar no período noturno.
- B) O conceito de “casa” não abrange escritório de advocacia.
- C) A prisão em flagrante durante o dia é um limite a essa garantia, mas apenas quando houver mandado judicial.
- D) O conceito de “casa” inclui o de quarto de hotel.
- E) O conceito de “casa” é abrangente, incluindo o de estabelecimento comercial.

31. (CONCURSO MAURITI/2018) Em relação à ação de habeas corpus assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Seu ajuizamento é gratuito, sem o pagamento de custas processuais.
- B) É cabível contra punição disciplinar militar imposta por autoridade incompetente.
- C) Não é meio hábil para controle concreto de constitucionalidade.



D) Pode ser impetrado por estrangeiro residente no país.

E) Pode ser preventivo ou liberatório.

32. (CONCURSO MAURITI/2018)

Pedro, residente no Brasil a cerca de 10 anos, é acusado na Itália de ter cometido crime político. Diante da situação, o Brasil:

A) Não pode conceder a extradição já que Pedro reside no Brasil a mais de 5 (cinco) anos.

B) Pode conceder a extradição se Pedro for brasileiro naturalizado e tiver cometido o crime antes da naturalização.

C) Pode conceder a extradição se Pedro for estrangeiro.

D) Pode conceder a extradição se Pedro for brasileiro nato.

E) Não pode conceder a extradição, independentemente da nacionalidade de Pedro.

33. (CONCURSO MAURITI/2018) Em caso de vacância dos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice Presidente da República no terceiro ano de mandato:

A) Assume definitivamente cargo o Presidente do Senado Federal.

B) Assume definitivamente o cargo o Presidente da Câmara dos Deputados.

C) Assume definitivamente o cargo o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

D) Far-se-á eleição indireta pelo Congresso Nacional.

E) Far-se-á nova eleição direta.

34. (CONCURSO MAURITI/2018) Juiz federal profere sentença em dois processos. A primeira relativa a crime político, e a segunda em processo movido por Estado estrangeiro contra pessoa residente no Brasil. Diante da insatisfação da decisão de primeira instância, quem julgará os respectivos recursos:

A) Supremo Tribunal Federal, no primeiro processo, e pelo Superior Tribunal de Justiça, no segundo.

B) Supremo Tribunal Federal, no primeiro processo, e pelo Tribunal Regional Federal, no segundo.

C) Tribunal Regional Federal, no primeiro processo, e pelo Supremo Tribunal Federal, no segundo.

D) Tribunal Regional Federal em ambos os processos.

E) Supremo Tribunal Federal em ambos os processos.

35. (CONCURSO MAURITI/2018)

Contra ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula vinculante ou que indevidamente a aplicar, cabe:



- A) Ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.
- B) Arguição de descumprimento de preceito fundamental junto ao Superior Tribunal de Justiça.
- C) Mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal.
- D) Retratação junto ao Superior Tribunal de Justiça.
- E) Reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal.

36. (CONCURSO MAURITI/2018) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, na qual refletiu um momento de grande insatisfação popular em relação ao judiciário, tem uma série de competências, dentre elas, a de rever de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais (se tiverem sido julgados há menos de um ano), zelar pela observância dos princípios que regem a administração pública e julgar os magistrados em caso de crime de abuso de autoridade. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que indica ERRO no enunciado:

- A) Não cabe ao CNJ, órgão que integra o poder judiciário, zelar por princípios relativos à Administração Pública.
- B) O CNJ não pode julgar magistrados por crime de abuso de autoridade.

- C) O CNJ, sendo órgão do Poder Judiciário, atua apenas mediante provocação, não podendo atuar de ofício.
- D) O CNJ pode rever processos disciplinares de juízes julgados a qualquer tempo.
- E) O CNJ compõe-se de quinze membros, com mandato de dois anos, inadmitida a recondução.

37. (CONCURSO MAURITI/2018) Figueiredo, completou 17 anos de idade em janeiro de 2017. Em setembro de 2017, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício de emprego público efetivo. Em fevereiro de 2017 colou grau no curso de ensino médio. Em agosto de 2017 contraiu matrimônio com Camila. Por fim, em novembro de 2017, estabeleceu-se no comércio, como sócio cotista em um padaria. Em que momento ocorreu a cessação da incapacidade civil de Figueiredo:

- A) Ao iniciar o exercício de emprego público efetivo.
- B) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.
- C) Quando contraiu matrimônio.
- D) No momento em que se estabeleceu no comércio.
- E) Ainda não ocorreu.

38. (CONCURSO MAURITI/2018) Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa CORRETA:



A) Em razão de sua maior visibilidade social, a proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

B) Havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é mais possível que se reclamem perdas e danos, visto que a morte põe fim à existência da pessoa natural, e os direitos personalíssimos são intransmissíveis.

C) Como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas o seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.

D) É permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou científico, para depois da morte, sendo que tal ato de disposição poderá ser revogado a qualquer tempo.

E) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, de ofício, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.

39. (CONCURSO MAURITI/2018)
Assinale a opção correta a respeito dos diversos assuntos tratados pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB:

A) As correções a texto de lei já em vigor não consideram-se lei nova.

B) O regime de bens obedece à lei do país em que for celebrado o casamento.

C) Em regra, caso a lei revogadora venha a perder a vigência, restaura-se a lei revogada.

D) A derrogação torna sem efeito uma parte de determinada norma, não perdendo esta a sua vigência.

E) A interpretação da norma presta-se a preencher as lacunas existentes na legislação.

40. (CONCURSO MAURITI/2018)
Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

A) Nas declarações de vontade se atenderá estritamente o sentido literal da linguagem.

B) Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir o negócio e a assumir uma obrigação desproporcional à vantagem obtida pelo outro, esse negócio será nulo porque a manifestação da vontade emana de erro essencial e escusável.

C) O dolo acidental, a despeito do qual o negócio seria realizado, embora por outro modo, acarreta a anulação do negócio jurídico.

D) A lesão é um defeito que surge concomitantemente à realização do negócio e enseja a sua anulabilidade. Entretanto, permite-se a revisão contratual para evitar a anulação, aproveitando-se, assim, o negócio.

E) Tratando-se de negócio jurídico a título gratuito, somente se configura fraude quando a insolvência do devedor seja notória ou haja motivo para ser conhecida,



admitindo-se a anulação do negócio pelo credor.

**41. (CONCURSO MAURITI/2018)
Sobre a validade do negócio jurídico,
assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) Forma prescrita ou não defesa em lei.
- B) Agente capaz.
- C) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- D) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa.
- E) A intensão na celebração do negócio consubstancia-se em essencial para sua validade.

**42. (CONCURSO MAURITI/2018)
respeito dos bens públicos assinale a
alternativa INCORRETA:**

- A) São bens públicos os de uso comum do povo.
- B) Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis.
- C) Os bens públicos não são sujeitos a usucapião.
- D) São exemplos de bens públicos de uso comum do povo, rios, mares, estradas, ruas e praças.
- E) Os edifícios destinados à serviços da administração pública em geral, são exemplos de bens públicos de uso especial.

43. (CONCURSO MAURITI/2018)

Renata, brasileira, empresária, ao fazer o trajeto Fortaleza/Recife pelo mar, em seu helicóptero particular, sofre terrível acidente, que culminou com a queda da aeronave. Após dias de buscas sem sucesso, infelizmente, não foi possível o resgate dos corpos, respectivamente, da empresária e do piloto, Amadeu. Exauridos todos os procedimentos de buscas e averiguações, é correto afirmar que o assento de óbito em registro público:

- A) Depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida, com a necessidade de decretação judicial de ausência.
- B) Depende de prévia declaração judicial de ausência, por se tratar de desaparecimento de uma pessoa sem dela haver notícia.
- C) Independe de qualquer medida administrativa ou judicial, desde que seja constatada a notória e irrefutável probabilidade de morte.
- D) Depende, exclusivamente, de procedimento administrativo quanto à morte presumida junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais.
- E) Depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida, sem a necessidade de decretação judicial de ausência.

**44. (CONCURSO MAURITI/2018)
referente aos princípios fundamentais da**



administração pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O princípio da supremacia do interesse público está explícito e encontra-se enunciado no texto constitucional. É característico do regime de direito público e, é visto como o único pilar do denominado regime jurídico-administrativo.
- B) A impessoalidade da atuação administração impede, portanto, que o ato administrativo seja praticado visando a interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se à vontade da lei, comando geral e abstrato em essência.
- C) O princípio da publicidade apresenta dupla acepção em face do sistema decorrente da Constituição Federal/88, a saber: a exigência de publicação em órgão oficial, como requisito de eficiência dos atos administrativos que devem produzir efeitos externos e dos atos que impliquem ônus para o patrimônio público; e a exigência de transparência da atuação administrativa.
- D) O princípio da moralidade torna jurídica a exigência de atuação ética dos agentes da Administração Pública. A denominada moral administrativa difere da moral comum, justamente por ser jurídica e pela possibilidade de invalidação dos atos administrativos que sejam praticados com inobservância do princípio.
- E) O princípio da indisponibilidade do interesse público está diretamente presente em toda e qualquer atuação Administrativa Pública, diferentemente do que ocorre com o princípio da supremacia do interesse público, que, de forma direta, fundamenta

essencialmente os atos de império do Poder Público.

**45. (CONCURSO MAURITI/2018)
Provimento é o ato administrativo por meio do qual é preenchido cargo público, com a designação de seu titular. A saber, esses podem ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão. Neste sentido, marque a opção correta sobre as formas de provimento dos cargos públicos e seu conceito.**

- A) Readaptação é forma de provimento derivado expressamente previsto na Constituição. O texto constitucional determina que só se aplica ao servidor estável.
- B) Reintegração é forma de provimento derivado de lei, mediante a qual o servidor, estável ou não, tendo sofrido uma limitação física ou mental em suas habilidades, torna-se inapto para o exercício do cargo que ocupa.
- C) Aproveitamento é forma de provimento derivado existente nas carreiras em que o desenvolvimento do servidor ocorre por provimento de cargos sucessivos e ascendentes.
- D) Reversão é forma de provimento derivado, não previsto na Constituição Federal, mas que consiste no retorno à ativa do servidor aposentado.
- E) Recondição é forma de provimento derivado expressamente previsto na Constituição. Trata-se do retorno do



servidor que havia sido posto em disponibilidade (estável, portanto) a um cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

46. (CONCURSO MAURITI/2018) Do regime disciplinar e do processo administrativo disciplinar, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Dá-se a instauração do processo administrativo disciplinar (PAD), pela notificação, da comissão encarregada de proceder com os trabalhos investigativos, ao servidor investigado.
- B) O prazo para a conclusão do PAD não excederá sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, a critério da autoridade instituidora, quando as circunstâncias o exigirem.
- C) O regime disciplinar a que estão submetidos os servidores públicos federais é tratado por lei específica. Em seus artigos versam sobre os deveres, as proibições, as penalidades e as responsabilidades dos servidores referentes ao exercício de seus cargos.
- D) As infrações cometidas pelo servidor público acarretam para ele, conforme o caso, responsabilização nas esferas administrativa (penalidades disciplinares), civil (indenização por danos patrimoniais ou morais) e criminal (sanções penais).
- E) O prazo para conclusão da sindicância não excederá trinta dias, podendo ser

prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

47. (CONCURSO MAURITI/2018) Marque a opção INCORRETA sobre os Atos Administrativos.

- A) Os atos administrativos sejam, embora, os atos típicos do Poder Executivo no exercício de suas funções próprias, não se deve esquecer que os Poderes Judiciário e Legislativo também editam atos administrativos, principalmente relacionados ao exercício de suas atividades de gestão interna.
- B) A noção de fato administrativo está pacificada pela doutrina, existindo uma pluralidade de acepções, que em nada interferem na noção do mesmo. Logo, os fatos administrativos têm por fim a produção de efeitos jurídicos;
- C) A competência, um dos requisitos de validade do ato administrativo, é definida como o poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo.
- D) O mérito administrativo é, em poucas palavras, o poder conferido pela lei ao agente público para que ele decida sobre a oportunidade e conveniência de praticar determinado ato discricionário.
- E) Não se deve confundir motivação com motivo do ato administrativo. A motivação faz parte da forma do ato, ela integra o elemento forma e não o elemento motivo.



48. (CONCURSO MAURITI/2018)
Considere os itens abaixo.

- I. O objeto dos contratos administrativos consiste em uma relação jurídica (ou diversas relações jurídicas) concernente a qualquer bem, direito ou serviço que seja do interesse da administração pública, ou necessária ao desempenho de suas atividades;
- II. Os contratos administrativos enquadram-se na categoria dos denominados contratos de adesão. Neste tipo de contrato adesão, as partes propõem as cláusulas, ficando convencionado entre elas que não é possível propor alterações, supressões ou acréscimos a essas cláusulas;
- III. Podem ser modificadas unilateralmente as denominadas cláusulas econômico-financeiras dos contratos, que estabelecem relação entre a remuneração e os encargos do contratado, a qual deve ser mantida durante a execução do contrato;
- IV. A teoria da imprevisão resulta da aplicação de uma antiga cláusula, que se entende explícita em qualquer contrato de execução prolongada, segundo a qual o vínculo obrigatório gerado pelo contrato somente subsiste enquanto inalterado o estado de fato vigente à época da estipulação. Essa cláusula é conhecida como *rebus sic stantibus*.
- V. A lei enumera situações que dão ensejo à prorrogação dos prazos de início de execução, de conclusão e de entrega dos contratos administrativos. Deverão ser mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro. Tal prorrogação de

prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Marque a alternativa correlata em relação aos contratos administrativos:

- A) I – F; II – V; III – F; IV – V; V – F.
- B) I – V; II – V; III – F; IV – V; V – V.
- C) I – V; II – F; III – F; IV – F; V – V.
- D) I – F; II – F; III – V; IV – F; V – V.
- E) I – V; II – V; III – F; IV – F; V – F.

49. (CONCURSO MAURITI/2018)
Assinale a opção INCORRETA sobre o Controle da Administração Pública:

- A) O poder-dever de controle é exercido por todos os Poderes da República, estendendo-se a toda a atividade administrativa e abrangendo todos os agentes.
- B) O controle subsequente, talvez a mais comum das modalidades, classificado conforme o momento do exercício, é exercido após a conclusão do ato.
- C) O resultado do exercício de controle de mérito é a anulação, pela administração, de atos discricionários por ela própria, regularmente editados.
- D) O controle hierárquico, classificado conforme à amplitude, decorre do escalonamento vertical de órgãos da administração direta ou do escalonamento vertical de órgãos integrantes de cada entidade da administração indireta.



E) O controle administrativo é um controle de legalidade e de mérito. É sempre um controle interno; deriva do poder da autotutela que a administração pública tem sobre seus atos e agentes.

50. (CONCURSO MAURITI/2018) As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

- I. Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;
- II. Inexistindo orçamento em planilhas pormenorizadas, alguns pontos que expressem os custos a validam;
- III. Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- IV. O produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual;

Marque a alternativa correta.

- A) Dois itens são verdadeiros e dois falsos.
- B) Três itens são verdadeiros e um item é falso.
- C) Quatro itens são falsos.
- D) Três itens são falsos e um item é verdadeiro.
- E) Quatro itens são verdadeiros.



SITUAÇÃO HIPOTÉTICA

Brenda Arruda Alencar, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, moveu Ação de Indenização por Danos Materiais, Morais e Pensionamento por Morte em face do Município de Juazeiro do Norte em decorrência de um acidente de trânsito que vitimou seu filho Eduardo Arruda Alencar. O processo nº XXXX tramita na primeira vara cível da referida comarca.

Relatou a autora que no ano de 2017, seu filho, conduzindo uma motocicleta da marca Honda, CG 125 Titan, ao adentrar a Rua Todos os Santos, deparou-se com uma lombada que o fez perder o controle do veículo, vindo a bater com a cabeça num poste de iluminação, falecendo no local.

Acionado, o município se restringiu a negar que a causa do acidente e conseqüentemente da morte do condutor teria sido em detrimento da falta de sinalização. Apesar disso, na semana seguinte em que foi citado, mobilizou o departamento municipal de trânsito para sinalizar a via.

No transcorrer do processo a autora tentou demonstrar a culpa do município pelo descuido com a sinalização da via, o que sob sua ótica teria sido a causa que provocou o acidente. Aos autos, juntou os documentos pessoais seus e do falecido; do exercício laboral e remuneração do falecido; documentação do veículo; orçamento das peças e da mão de obra para o conserto da moto; atestado de óbito indicando a causa da morte; exame toxicológico demonstrando que não houve consumo de álcool ou de drogas afins; e um laudo pericial do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública que concluiu que o acidente foi provocado pela total falta de sinalização, tanto vertical como horizontal, da via.

Atrele-se ao caso, o depoimento de duas moradoras da Rua Todos os Santos, que relataram vários outros acidentes ocorridos naquele mesmo ponto, inclusive, com resultado morte. Abaixo assinados feitos e dirigidos aos órgãos competentes no intuito de pedir providências, e nada foi feito por parte do poder público.

Todavia, em sua decisão, o magistrado, mesmo convencido da inexistência de sinalização, entendeu não ser o suficiente para causar o acidente, e desconsiderando todas as outras provas apresentadas julgou inteiramente improcedente os pedidos, deixando de condenar a autora ao pagamento das custas processual e honorário advocatício, por litigar sob o beneplácito da justiça gratuita.

Externando toda sua indignação com o resultado, procurou seu Advogado para viabilizar as providências cabíveis. Assim, você como Procurador(a) da parte autora, proponha a peça judicial cabível no intuito de defender seus interesses.

Observação: Diante da situação exposta, qualquer dado qualificatório pode ser enxertado pelo candidato.



A partir da SITUAÇÃO HIPOTÉTICA apresentada o candidato deverá:

- a) Identificar a peça jurídica que se adequa ao caso exposto;
- b) Elaborar a peça jurídica de acordo com as normas legais, obedecendo à formatação própria deste tipo de texto;
- c) Observar que a quantidade de laudas dependerá da capacidade de articulação, exposição e argumentação do candidato, no entanto, só serão corrigidas as peças a partir de TRÊS LAUDAS;
- d) Observar a devida adequação às normas gramaticais de maneira a tornar a peça jurídica coerente;

Anexar o rascunho da peça jurídica.

ORIENTAÇÕES GERAIS:

- a) A peça jurídica deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta de tinta preta ou azul.
- b) O candidato **não** poderá fazer consulta de nenhuma espécie.
- c) O candidato **deverá** preencher os seus dados (Nome, CPF, Nº de inscrição) somente no cabeçalho da FOLHA OFICIAL.
- d) O candidato poderá utilizar – **nome ficcional** – no desenvolver de sua peça jurídica.
- e) É vedado o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material que possa identificar a prova sob pena de atribuição de nota zero à prova discursiva e a consequente eliminação do candidato do Concurso Público
- f) Não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel para rascunho ou como parte ou resposta definitiva. Para tanto, o candidato deverá atentar para os espaços específicos destinados para rascunho e para resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado.
- g) A FOLHA OFICIAL será o único meio válido para a avaliação da peça.
- h) Os campos reservados para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados para avaliação.
- i) Em hipótese alguma, haverá substituição da FOLHA OFICIAL por erro do candidato.
- j) Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar desenvolvendo a peça ou procedendo à transcrição para a parte definitiva (FOLHA OFICIAL).
- k) A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.
- l) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.
- m) Qualquer sinal, marca, desenho, rubrica, assinatura feita pelo candidato no desenvolver da peça, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova discursiva e a consequente eliminação do candidato do Concurso Público.
- n) Nos casos de fuga ao tema da peça solicitada, ou de não haver texto, o candidato receberá nota no texto igual a zero.
- o) Ao candidato que desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto, será atribuída a nota zero.



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR – CEV
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI – PMM



Concurso para provimento de cargos da Prefeitura de Mauriti – Data: 14/10/2018